



PROCESSO N.º 22.497/10

PARECER COMED/PGUÁ N.º40/10 APROVADO EM 25/11/2010

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA/CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

INTERESSADO: CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANTONIO TORTATO

MUNICÍPIO: PARANAGUÁ

ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANTONIO TORTATO

RELATORA: FABÍOLA SOARES

I – RELATÓRIO

Histórico

A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI) encaminhou a este Conselho, o Processo nº. 22.497/10, no dia 25/11/2010, referente Renovação da Autorização e Funcionamento do Centro Municipal de Educação Infantil ANTONIO TORTATO, tendo como entidade mantenedora a Prefeitura de Paranaguá, localizada na Av. Bento Munhoz da Rocha Neto, s/nº - Vila dos Comerciantes, para análise e Parecer deste Conselho.

O Centro Municipal de Educação Infantil ANTONIO TORTATO, passou a integrar o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, nos termos da Lei Municipal nº 69/07, de 10 de setembro de 2007, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, conforme possibilita a Constituição Federal e a Lei Federal nº 9394/96 – LDB, em seus artigos 8º, 11 e 18.

A Comissão de Análise e Verificação dos Estabelecimentos de Ensino, designados pela Portaria Municipal nº 702/2009, apresentou relatório favorável



à concessão de Renovação da Autorização e Funcionamento do Centro Municipal de Educação Infantil ANTONIO TORTATO.

Em consulta ao Conselho Municipal de Educação, O Departamento de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral fez referência aos profissionais da educação não habilitados, que prestam serviços aos Centros Municipais de Educação Infantil.

Orientou-se a SEMEDI que deverá expedir declaração, em modo excepcional, aos profissionais não habilitados, porém autorizados a exercer a docência pela Secretaria, por ser o órgão executivo do sistema de ensino, em caráter precário e provisório, na falta daqueles devidamente habilitados e o plano de formação continuada aos profissionais que atuam na Ed. Infantil visando à qualidade de atendimento.

Quanto ao entendimento sobre quem podem ser os docentes integrantes do magistério da Educação Básica em efetivo exercício na rede pública, contemplados no inciso II, do parágrafo único do artigo 22 da Lei nº 11.494/2007, verifica-se, em síntese, pela legislação e normas em vigor, que:

Na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental: podem ser docentes os habilitados em curso Normal em nível médio, em Curso Normal Superior e em Curso de Pedagogia, assim como em Programa Especial a isso destinado, criado e devidamente autorizado pelo respectivo sistema de ensino (vários atos normativos do CNE regulam a matéria).

Em caráter excepcional: Na etapa de Creche de Educação Infantil, podem ser docentes os profissionais que recebem Renovação da Autorização do órgão competente de cada sistema de ensino para exercer a docência, em caráter precário e provisório, na falta daqueles devidamente habilitados para tanto.

De acordo com a Lei Complementar 116 de 25 de maio de 2010, referente ao Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Paranaguá, em seu artigo 93 cita: “os atuais ocupantes do cargo de monitor, com formação de ensino fundamental e médio, integrarão este plano de carreira no mesmo cargo, passando para o cargo de Educação Infantil mediante a conclusão habilitação em Magistério até o ano de 2015, caso contrário permanecerão no cargo de monitor definitivamente.

Tendo em vista os artigos 12 e 13, da Deliberação COMED nº 03/2009, decidimos pela concessão de Renovação da Autorização de Funcionamento do Centro de

Educação Infantil Antonio Tortato por um prazo de 3 (três) anos a partir da publicação de ato de Renovação da Autorização expedido pela SEMEDI.

II – DO MÉRITO

Solicita-se a SEMEDI dar ciência aos profissionais não habilitados, porém autorizados a exercer a docência por esta Secretaria, que os mesmos terão o prazo até 2015 para concluir seus estudos como requisito de formação inicial para desempenhar suas funções e como medida emergencial o plano de formação continuada no ano letivo de 2011.

É o Parecer.

III – DECISÃO DAS CÂMARAS

As Câmaras de Educação Básica e de Legislação e Normas aprovam por unanimidade o voto da Relatora.

Sala de Reuniões do COMED/PGUÁ, em 25 de novembro de 2010.

Conselheira Fabíola Soares

Presidente

Conselheiro Antonio Luiz Freitas Morato

Vice-Presidente